



Faculdade  
Latino-Americana de  
Ciências Sociais  
Sede Brasil

Curso de Especialização Cultura e Educação

### Módulo 3: Educação Integral

#### Aula 3.1: Políticas Públicas em Educação e Cultura no Brasil

15 h

Alexandre Barbalho

<http://lattes.cnpq.br/7017826279838774>

## RESUMO

A aula aborda as políticas culturais brasileiras e como elas se relacionam com as políticas educacionais voltadas ao ensino superior. Em outras palavras, como a universidade e a cultura se entrelaçam por meio das políticas públicas. O recorte temporal da abordagem privilegia o contexto que se configura a partir do primeiro governo Lula até o fim do governo Temer, ainda que faça uma breve abordagem histórica se iniciando na era Vargas.

## OBJETIVOS

- Discutir o universo conceitual próprio às políticas públicas;
- abordar a história da relação entre cultura e universidade a partir da era Vargas (1930-1945) até o fim do milênio;
- analisar a atuação do Ministério da Cultura entre 2003 e 2016 com destaque para suas políticas estruturantes;
- investigar as relações entre universidade e cultura estabelecidas nos governos Lula e Dilma.



## APRESENTAÇÃO

Toda disciplina, em sua ementa, anuncia um universo quase infinito de possíveis abordagens. Isso impõe ao docente a necessidade de eleger prioridades e estabelecer determinado eixo, resultantes diretos da sua trajetória. O importante é sempre deixar claro para os discentes qual é a proposta do curso e apontar outros caminhos que eles podem tomar em seguida, de forma autônoma.

Como não podia deixar de ser, o mesmo se passa com a nossa disciplina “Políticas Públicas de Educação e Cultura no Brasil”. Nosso recorte privilegiará as políticas culturais e como elas se relacionam com a educação, mais especificamente com a superior. Em outras palavras, como a universidade e a cultura se entrelaçam por meio das políticas públicas. Também haverá maior destaque ao contexto que se configura a partir do novo milênio, ainda que, na atual conjuntura do País, todo esse processo esteja em suspenso ou mesmo em xeque.

Dessa forma, a disciplina se organiza em partes. Na primeira, abordaremos o próprio universo das políticas públicas como um todo, para que possamos estar aptos a entender como elas são aplicadas nos campos cultural e educacional. Na segunda e na terceira partes, faremos uma abordagem histórica da relação entre cultura e universidade a partir da era Vargas (1930-1945) até o fim do milênio. Por fim, voltaremos a discutir as relações entre a universidade e a cultura, tendo como pano de fundo a política cultural estabelecida nos governos Lula e Dilma.

## 1 PRINCÍPIOS DE POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICAS

Para discutir as políticas de cultura e de educação no Brasil, faz-se necessário fixar alguns conceitos básicos e noções gerais sobre política pública. Ela diz respeito à atuação política (*policy*) no âmbito dos assuntos públicos com vistas a alcançar resultados desejados em campos específicos (como, por exemplo, educação ou cultura) ou na relação entre eles. O principal agente - o agente determinante das políticas públicas - é o governo, daí o uso recorrente do termo “políticas governamentais” para se referir ao conjunto de tomadas de decisão em relação ao “em quê” e “como” investir os recursos limitados de determinada sociedade.

Cabe aqui diferenciar as políticas governamentais das políticas de Estado. As primeiras dizem respeito a um governo específico, ou seja, à atuação de um arranjo político delimitado no tempo, o qual, em regimes democráticos, se refere ao período que determinado candidato eleito permanece no poder executivo, em qualquer de suas esferas (no caso brasileiro, governos federal, estaduais e municipais). As segundas se referem às políticas que possuem um grau de institucionalização tal que passam de um governo a outro, independentemente de suas filiações político-ideológicas.

Por sua vez, as políticas públicas, sejam governamentais ou de Estado, devem ser geridas de acordo com os interesses públicos, que muitas vezes são distintos daqueles do setor privado, cujos principais agentes, as empresas, visam como objetivo primordial o lucro financeiro. As políticas públicas, ao contrário, perseguem o bem-estar coletivo ou bem comum, que não está definido *a priori*, pois resulta de disputas políticas (*politics*) em torno da eleição de quais valores sociais são os mais fundamentais. Portanto, devem ser objetos da atuação governamental – valores que se transformam ao longo da

história e que necessitam ser constantemente repactuados, o que imprime dinamismo às políticas públicas.

É possível, então, seguindo as indicações de Dias e Matos (2012), definir política pública como o conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado no estabelecimento de condições de equidade no convívio social e de melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana. Exatamente por responder aos anseios do conjunto de cidadãos e cidadãs de uma sociedade é que as políticas públicas devem ser bem geridas, segundo procedimentos estabelecidos de planejamento, elaboração, implementação, gestão e avaliação. Assim, almeja chegar o mais próximo possível do ponto ideal de eficácia (relação entre metas propostas e metas realizadas), eficiência (relação entre custo e benefício) e efetividade (grau de impacto).

Ainda que não exista um consenso de quantas e quais são as fases que compõem o processo de política pública, é possível, de forma simplificada, apontar para quatro fases: **a)** formação da agenda política com base na identificação de um problema; **b)** formulação da política para superar o problema identificado; **c)** execução da política formulada; e **d)** avaliação do processo de implantação e dos resultados alcançados.

Ainda que o modelo de processo ou ciclo da política permita fracionar a política pública em uma série de fases distintas, não se pode deixar de lado a necessidade de se aprofundar na análise das complexas relações em cada uma dessas fases, o que exige procedimentos específicos. Para o elaborador de política é preciso lidar com instituições, atores, instrumentos e fatores próprios a cada fase. Assim, o momento de elaboração de uma agenda, em que o peso da opinião e mesmo da deliberação públicas se faz presente, é totalmente diferente daquele de avaliação, no qual os constrangimentos de ordem externa à política pública executada deveriam ser mínimos ou mesmo inexistentes.

Dentro do contexto exposto acima é que se pode finalizar essa primeira parte da aula firmando alguns dos princípios básicos da gestão das políticas públicas: **a)** a busca da eficiência, da eficácia e da efetividade; **b)** por meio de processos planejados; **c)** participativos; **d)** submetidos a instrumentos de controle (*accountability*) internos e externos ao governo.

Feitas essas considerações, podemos passar para a análise das práticas das políticas de educação e cultura no Brasil, dentro do recorte estabelecido na apresentação.

## **2 CULTURA E UNIVERSIDADE NA ERA VARGAS: TEMPOS PIONEIROS**

O papel, ainda que tardio, da universidade brasileira na promoção da cultura transcende, em muito, o clássico tripé ensino-pesquisa-extensão. Transversal e coletiva por excelência, a cultura exige sempre produção e transmissão, pois quando não cria e não se comunica, ela se extingue. E o universo universitário – a redundância aqui é proposital para destacar que a universidade promove o encontro do universal com o local – é privilegiado nesse aspecto, ao reunir a produção do saber (pesquisa), à sua transmissão às novas gerações (ensino) e possibilitar a sua experimentação e fruição para além dos muros da instituição (extensão).

No que diz respeito às políticas públicas voltadas ao ensino superior e à cultura e aos pontos de contato institucional entre os dois campos, temos como marco inicial o ano de 1930. Naquele ano, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, órgão responsável também pela política cultural do Regime, especificamente durante a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-45).

Antes disso, a Primeira República promoveu algumas mudanças em relação ao que era vigente no Império. Cultura e educação tornaram-se ocupação do Estado, quando antes estavam basicamente sob controle da sociedade civil e da Igreja. Assim, foram ensaiadas ou implementadas reformas na educação com consequências na cultura e graus variados de fracassos e sucessos. Um exemplo foi a Reforma Benjamin Constant, de cunho positivista e liberal, que pretendeu substituir o currículo até então academicista e humanista por outro, cientificista. Apesar dos limites destes planos reformistas, como situa Sérgio Castanho (1987), o governo conseguiu deslocar a educação e a cultura para o plano da esfera pública.

Por sua vez, não é possível desprezar as profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais o País passava nas primeiras décadas do século XX, com a urbanização e a industrialização crescentes e a ampliação dos setores médios da sociedade. Como ressalta Durval Muniz de Albuquerque Júnior, os intelectuais estavam insatisfeitos com as relações entre o Estado e a produção da cultura letrada e com o modo como as manifestações culturais populares eram tratadas. Dessa forma, nos anos 1920 foi introduzida fortemente a ideia de que o “Estado nacional deve ser responsável pela formulação de uma política cultural para o país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, pp. 67-68), voltada para uma cultura nacional, “que reconhecesse a diversidade ou que incorporasse a diversidade regional” (Ibidem).

Existiu um espaço amplo para a atuação dos intelectuais e artistas por conta das políticas culturais e de educação na Era Vargas (1930-1945), em especial durante o Estado Novo (1937-1945), quando ocorreu grande parte da gestão Capanema. No início de seu governo, surgiu a primeira legislação universitária do País (1931), que, como situa Simon Schwartzman, “honrava as noções usuais de *cultura*, pesquisa e autonomia institucional” (SCHWARTZMAN, 2006, p. 163 – itálico meu). Seis anos depois, foi criada a



Universidade do Brasil, posteriormente denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

No mesmo período, em 1934, São Paulo fundava a sua primeira universidade estadual, a Universidade de São Paulo (USP) que funcionou como espaço de formação de uma nova elite paulista, “instruída não só nas ciências modernas, mas também nas mais avançadas práticas gerenciais e de negócios” (SCHWARTZMAN, 2006, p. 164). Dessa forma, a USP “foi uma instituição voltada para o mundo, com um corpo docente formado de professores da Europa” (Ibidem) cuja ambição não era “apenas desenvolver competência profissional e conhecimento aplicado para fazer crescer a economia (...) mas também trazer *civilização* ao Brasil por meio da ‘ciência pura’ e do ‘pensamento puro’” (Ibidem). Assim, os professores estrangeiros chamados para compor o quadro inicial da instituição, “eram vistos não apenas como cientistas e especialistas, mas como *intelectuais, fundadores de uma nova intelligentsia cosmopolita*” (SCHWARTZMAN, 2006, p. 165-196 – itálicos meus).

### 3 A CULTURA E A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A ligação institucional entre educação e cultura tornou-se mais forte com a criação em 1953 do Ministério da Educação e da Cultura (MEC). A expansão e a modernização do ensino superior no Brasil promovida pelo MEC a partir dos anos 1950 teve seu ápice com a criação da Universidade de Brasília

---

<sup>1</sup> A história da UFRJ remonta a 1792 com a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que originou a Escola Politécnica. No Decreto 14.343 de 1920, fundem-se a Escola Politécnica, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sob a denominação “Universidade do Rio de Janeiro”. Em 1937 passa a se chamar “Universidade do Brasil” e, finalmente, em 1965, “Universidade Federal do Rio de Janeiro”.

(UnB), em 1961. Considerada “a mais moderna universidade do país naquele período” e “um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional” (FÁVERO, 2006, p. 29), significou não apenas a abertura de novas universidades, cursos e a realização de pesquisas, mas também a criação de espaços para a manifestação das mais distintas expressões culturais. Muitas dessas expressões eram historicamente excluídas dos espaços elitistas, como as indígenas, as negras e as das periferias dos centros urbanos, que cresciam rapidamente com o processo de industrialização, atraindo migrantes de todos os recantos do País e constituindo um rico caldeirão de hibridização. Exemplares desse processo foram a criação, em 1959, do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), sob liderança de Agostinho Silva, na Universidade Federal da Bahia, e, em 1973, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), na Universidade Federal do Pará que, entre outras linhas de pesquisa, volta-se para a cultura das populações amazônicas.

Nesse período, foram criadas universidades em todos os estados brasileiros, estabelecendo-se um sistema público de ensino superior no Brasil. Com isso, as universidades brasileiras se constituíram como os primeiros centros culturais públicos, quando nem se pensava em criar esse tipo de equipamento (centro cultural) no País. Na medida em que iam surgindo as universidades públicas, iam se abrindo espaços culturais, muitas vezes até então inexistentes em grande parte das cidades. A mensuração do impacto de tais equipamentos na produção cultural brasileira ainda está por ser feita: quantos de nossos produtores culturais se formaram, seja formal (por meio de cursos de graduação e pós-graduação) ou informalmente (nos cursos de extensão), ou tiveram como espaços de criação e publicização de sua obras possibilitados pela universidade?

É possível termos alguma dimensão desse papel estratégico quando observamos, por exemplo, a atuação do Movimento de Cultura Popular em



Recife, que, na gestão de Miguel Arraes, promovia o encontro da educação com a cultura popular, sustentado em grande parte na metodologia desenvolvida por Paulo Freire. Aliás, o método desse pedagogo, que alfabetizava de forma rápida ao incorporar os elementos do universo simbólico do povo na lógica de letramento, estava sendo usado pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife e no Rio Grande do Norte (WEBER, 1984) ou do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE, criada no Rio de Janeiro em agosto de 1937, teve, desde o início, uma intensa participação na vida política do País, tendo se envolvido nos grandes debates que marcaram o período de 1945 a 1964, como a campanha “O petróleo é nosso” ou a “Campanha da Legalidade”, que buscou garantir a posse de Jânio Quadros. Mas a politização dos estudantes universitários brasileiros, cuja quantidade tinha crescido muito nos anos 1950, se direcionou também para a produção cultural no início dos anos 1960, por meio da atuação do CPC.

Naquele momento de agitação político-cultural, o CPC atuou pelo País, até sua extinção, em 1964, pelo Regime Militar, com destaque para atuação teatral, em defesa do “nacional-popular” na cultura. O CPC era apenas uma das expressões da arte engajada feita naquele período por jovens artistas oriundos da universidade, ou muitas vezes ainda estudantes e tendo os espaços universitários como locais de atuação. O contexto era de transformação não apenas do lado do produtor cultural, mas também do receptor, do público fruidor, formado majoritariamente por estudantes do ensino superior e do secundário (GARCIA, 2004).

Esse período de “ebulição cultural” avançou até 1968, quando o Regime Militar decretou o Ato Institucional Nº 05 (AI-5) e passou a focar a repressão também nos estudantes, artistas e intelectuais. A partir de então houve uma perda no que diz respeito ao papel das universidades como centro cultural. Se a expansão do ensino superior e da pesquisa científica continuou entre os anos

1964-1984, o investimento foi dirigido para as outras áreas que não as humanidades. Juntamente a isso o exercício da censura e o exílio de parte dos professores universitários, resultando difícil relação entre universidade e cultura. Diante desse contexto pouco propício, os jovens criadores passaram a produzir em um circuito independente, alternativo, marginal, fora da institucionalidade, inclusive como forma de fugir do aparato censor (BARBALHO, 1998; 2000).

A redemocratização e o retorno a um governo civil, em 1986, elevaram a outro patamar o papel da universidade na produção cultural. Em primeiro lugar, devemos lembrar que o local institucional da política cultural federal migrou do MEC para o Ministério da Cultura (MinC), criado em 1985. Em segundo lugar, a partir dos anos 1980, iniciou-se a criação de centros culturais, pelo menos nas grandes cidades brasileiras, que passaram a ser o *locus* privilegiado da fruição cultural nos espaços públicos. Em terceiro lugar, ocorreram o crescimento e a consolidação das indústrias culturais brasileiras desde os anos 1970, com destaque para a indústria fonográfica e a televisiva, o que Renato Ortiz (1989) denominou de “moderna tradição brasileira”, fortalecendo o consumo da cultura.

A criação do MinC não foi certamente uma unanimidade entre os agentes culturais e intelectuais. Na avaliação de Isaura Botelho (2001), por exemplo, que trabalhou na Funarte entre 1978 e 1996, e foi, portanto, uma testemunha do processo, o novo Ministério, sem força política, institucional e financeira, ficou a reboque dos acordos políticos, servindo para preencher os cargos reivindicados pelos aliados eleitorais. Isso fez com que os técnicos culturais fossem substituídos de seus cargos pelos apadrinhados, comprometendo o funcionamento dos órgãos ligados ao MinC e fazendo com que as verbas escassas fossem distribuídas segundo critérios clientelistas. Daí Botelho (2001) defender a seguinte tese: melhor seria uma Secretária de Cultura forte, vinculada a um Ministério de prestígio (no caso o da Educação),

do que um Ministério da Cultura sem condições de efetivar uma política para o setor. Vale salientar também, como informa Castanho (1987), que, ainda que amplamente divulgada, inclusive na imprensa, a discussão sobre a criação do MinC não teve a participação expressiva de educadores.

Em maio de 1985, um manifesto de apoio ao novo Ministério, que também apresentava os desafios que deveria enfrentar, foi publicado no jornal *Folha de São Paulo*. Assinado por vários intelectuais e instituições, o documento propunha que o MinC assumisse determinados compromissos, dos quais dois merecem destaque: uma visão ampliada de cultura e a incorporação dos “subalternos” (negros, indígenas, ciganos, mulheres etc.), garantindo a diversidade de suas políticas (CASTANHO, 1987).

A partir desse contexto de separação da cultura e da educação em dois ministérios, a universidade assumiu, principalmente, o lugar de formação por meio de cursos superiores não só nas áreas humanas tradicionais, mas nas linguagens artísticas (dança, teatro, artes plásticas, audiovisual etc.), cursos antes basicamente restritos às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O MinC, por sua vez, durante as décadas de 1980 e 1990, fortaleceu o papel das leis federais de incentivo à cultura (Leis Sarney, Rouanet e do Audiovisual) e, assim, o Ministério repassou para o setor privado grande parte da responsabilidade da execução da política cultural.

Outro papel importante da universidade em sua relação com a cultura e a com a educação diz respeito ao debate que começou a ganhar vulto a partir da segunda metade da década de 1990, sobre o currículo escolar como uma “política cultural”. Influenciado pela maior recepção no meio acadêmico dos Estudos Culturais e pós-coloniais e, mais recentemente, das epistemologias do Sul, esse debate traz para o centro das atenções educacionais as questões acerca da identidade, da diversidade e da diferença culturais, bem como do multiculturalismo.

Analisando as concepções de diversidade e diferença nas produções em educação (periódicos, livros e materiais paradidáticos), Anete Abramowicz, Tatiane Rodrigues e Ana Cristina Cruz identificam um processo que denominam de “ascensão da diversidade”. Na realidade, tratava-se de um tema em disputa tanto por correntes teóricas, quanto pela realidade social, como bem se observa no Brasil atual com a recente controvérsia em torno da “Escola sem Partido”<sup>2</sup>. A agenda atual, de afirmação ou de contestação desses valores nas escolas, resulta da absorção “dos conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas, etnias e raças” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 86), bem como do acolhimento, em alguma proporção, das demandas dos movimentos sociais identitários (negro, feminista, indígena, LGBTI etc.), que reivindicam “o reconhecimento e inserção social e política dos particularismos etnoraciais [sic] e culturais no interior do quadro nacional, especialmente nas políticas educacionais” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 86) e, acrescentaria, culturais.

Como marco dessa discussão no campo educacional, é possível apontar a publicação na revista *Educação & Realidade*, em 1995, do artigo “Currículo e política cultural da avaliação”, de Sandra Corazza e, em 1997, do texto seminal de Stuart Hall “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Em 2000, na coletânea “Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais”, organizada por Tomaz Tadeu da Silva, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialista em teorias do currículo, aparece outro texto importante de Hall, “Quem precisa da identidade”. Como se observa, esse pensador jamaicano radicado na Inglaterra, que exerce forte influência nos estudos sobre identidade e diversidade culturais no Brasil,

---

<sup>2</sup> Projeto de Lei Programa Escola sem partido. Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019)> Acesso em 16 dez. 2020.

também tem sido apropriado pelos estudiosos brasileiros para pensar as questões dos currículos escolares.

O artigo de Ozerina Oliveira e Denise Destro, “Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa”, publicado em 2005, é outro importante exemplo dessa discussão, pela ampla repercussão que alcançou. Para as autoras, já não são suficientes as críticas aos índices insatisfatórios da escolarização, baseadas na denúncia de que as políticas curriculares têm sido “prescritivas, homogeneizantes, centralizadas no Estado” (OLIVEIRA; DESTRO, 2005, p. 140), demonstrando “distanciamento entre avanços teóricos e avanços práticos” (Ibidem) e que “apresentam sintomas da globalização das políticas educacionais” (Ibidem).

Se essa abordagem crítica tem o papel de desnudar a lógica do poder das políticas oficiais e da atuação do global sobre o local, ao se restringir à análise em uma perspectiva vertical de controle sobre os currículos, ela não opera com o necessário avanço teórico sobre o que se entende por “ampliação do campo político” em direção ao “campo cultural” (OLIVEIRA; DESTRO, 2005, p. 148) ou à sua “dimensão cultural” (Ibidem). Apoiando-se em Hall, mas também no pensador palestino Edward Said e no português Boaventura de Sousa Santos, entre outros, Oliveira e Destro definem política curricular como um processo histórico no qual os “diferentes protagonistas, imbuídos de seus projetos culturais/sociais, produzem tensões em torno da produção, circulação e consolidação de significados no currículo escolar” (Ibidem), daí entendê-la como uma “política cultural”<sup>3</sup>.

Essas novas orientações de políticas culturais podem ser representadas pelo que Cornel West (1995) denomina de “nova política cultural da diferença”,

---

<sup>3</sup> É importante situar que tal ampliação da noção de poder, ao incorporar a cultura e, assim, possibilitar falar de política cultural de forma mais ampla (*cultural politics*) e não apenas como política pública de cultura (*cultural policy*), também estava ocorrendo no âmbito dos movimentos sociais latino-americanos no final dos anos 1990, como atesta a coletânea organizada por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000).

cujas principais características são a quebra da homogeneidade cultural em benefício da multiplicidade e da heterogeneidade e a rejeição dos valores abstratos e universais em nome do específico, do concreto, do particular. Uma política cultural que historiciza, contextualiza, multiplica, orientada por valores contingentes, variáveis, provisórios, enfim, processuais. A posição crítica assumida por tais políticas é a da desmistificação ou, na denominação de West, a da “crítica profética”, que põe em cheque os conceitos correntes de classe, gênero, raça, sexo, nação etc., e as estruturas de poder que lhes são inerentes.

Como foi discutido, o debate da identidade (e da diversidade) já estava presente nas políticas culturais desde Vargas, mas ganha um novo estatuto com os governos Lula e Dilma (BARBALHO, 2007).

#### **4 AS BASES PRAGMÁTICAS DO MINC**

A realidade da política cultural em âmbito federal muda bastante a partir do governo Lula e da gestão de Gilberto Gil à frente do MinC. Já em seu discurso de posse, Gil explicita aqueles que serão os elementos-chave das ações do poder público federal ao longo dos anos vindouros, a começar pelo conceito de cultura que fundamenta a política do MinC. Trata-se de uma visão ampla, que engloba “tudo aquilo que, no usos de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso” (GIL, 2013, p. 230); cultura como “aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico”; “usina de símbolos de um povo”; “conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação” (Ibidem). Este *parti pris* acabou por ser denominado entre os agentes do MinC como uma “visão antropológica da cultura”.

Se a cultura é entendida de forma ampliada, o papel do Estado deve ser o de possibilitar o acesso universal aos seus bens. Seu papel não é o d

produzi-los (os bens simbólicos), mas propiciar as condições para a sua produção e para o desenvolvimento cultural da sociedade. Esse investimento estatal se baseia no entendimento de que a cultura é um dos direitos básicos do cidadão. Daí que, se o Estado não é um produtor cultural, não significa que ele deva se omitir de seu papel nesse campo. Pelo contrário, é sua responsabilidade formular e executar políticas públicas que não se restrinjam aos mecanismos fiscais. Apenas nesse sentido, no de formulador de política, é que o agente estatal também é um produtor cultural, pois criar uma política é também uma ação cultural, ao incidir na cultura política e ao se sustentar nos valores culturais do País.

Para o Ministério dar conta de suas tarefas era necessário superar três “questões-desafios”: a retomada de seu papel como formulador e executor de políticas; a reforma administrativa e a capacitação institucional para implementar as políticas; e a obtenção de recursos financeiros para viabilizá-las. Apesar de intimamente relacionadas, a cada uma dessas questões serão elaboradas estratégias e ações específicas. Três dimensões e linhas fundantes de atuação do MinC foram estabelecidas e pautaram, não só na gestão Gil, mas também as seguintes, a de Juca Ferreira (2008-2010; 2015-2016); de Ana de Hollanda (2011-2012) e de Marta Suplicy (2012-2014): a simbólica, a cidadã e a econômica. Na realidade, essa orientação permanece, ainda hoje, segundo o próprio sítio eletrônico da Secretaria Especial da Cultura.

Lá está dito que a dimensão simbólica considera “que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas e nas linguagens artísticas”<sup>4</sup>. A dimensão cidadã se baseia no entendimento de que a cultura é um direito básico do cidadão e da cidadã. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem da vida cultural, tanto como fruidor, quanto como criador. Por fim, a dimensão econômica investe na

<sup>4</sup> Informação anteriormente disponível em: <<http://cultura.gov.br/secretaria/>>. Atualmente a página já não pode mais ser encontrada.

cultura como vetor econômico, como lugar de inovação e expressão da criatividade em prol do “desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável” (Ibidem).

As novas questões-desafios e dimensões da política cultural exigiram que o MinC estabelecesse um conjunto de políticas de Estado e não de governo, de modo a institucionalizá-las e garantir, minimamente, a sua continuidade. Dentre elas destacamos o Programa Cultura Viva e o Sistema Nacional de Cultura.

## **5 AS POLÍTICAS CULTURAIS E A UNIVERSIDADE NOS PROGRAMAS LULA E DILMA**

O contexto de pouco contato entre as políticas para a universidade e as políticas culturais que encontramos no início do novo milênio se modifica a partir de 2003. O fortalecimento do MinC diante dos outros Ministérios, bem como o papel protagonista que passa a desempenhar na condução das políticas culturais, proporcionou recursos para estabelecer parcerias com outros Ministérios mais estabelecidos na lógica das políticas públicas brasileiras, como o Ministério da Educação.

Assim é que, em agosto de 2006, após dois anos de diálogo, com a universidade ao centro da conversa, os dois Ministérios (MEC e MinC), tendo à época os respectivos titulares das pastas, Fernando Haddad e Gilberto Gil, instalaram duas instâncias: o Conselho Diretivo do Livro e da Leitura, composto por membros dos dois órgãos; e a Câmara Interministerial de Educação e Cultura, com “o propósito de integrar as ações de educação e cultura no país, a gestão integrada e a promoção de políticas para o ensino da língua



portuguesa”<sup>5</sup>. Na avaliação de Haddad, a Câmara seria o coroamento de várias interfaces entre a educação e a cultura, além de resultar da “densidade do trabalho feito pelas equipes” e tornar “a parceria permanente independentemente de quem esteja ocupando os cargos de ministro”<sup>6</sup>. Haddad faz referência, como exemplo dessas interfaces, ao Programa Biblioteca na Escola e a criação do site domínio público ([www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)), desenvolvido pela Biblioteca Nacional (fundação vinculada ao MinC), que disponibiliza, pela Internet, mais de 15 mil textos gratuitos para a população.

Entre as pautas em comum elencadas no documento encontram-se: disseminação do livro e da leitura; presença da arte e da cultura no ensino formal (arte-educação na formação de professores, edição de mídias culturais para as escolas, como livros, DVDs e Internet); radiodifusão com educação e cultura (rede pública de televisão e novo padrão digital); direitos autorais e acessibilidade à cultura (flexibilização da propriedade intelectual para uso cultural e educativo, domínios públicos); rede de instituições de pesquisa cultural; presença de tradições locais na educação; políticas para a inclusão digital e familiarização tecnológica.

No ano seguinte, 2007, foi lançado o edital “Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária” – Proext Cultura 2007, em uma parceria dos Ministérios da Cultura e da Educação, dentro do debate da extensão universitária e a política cultural (COSTA; SANTOS; GRINSPUN, 2009).

Em 2012, o MinC criou a Diretoria de Educação e Comunicação, integrante da Secretaria de Políticas Culturais (SPC). No ano seguinte, ocorreu o I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de

---

<sup>5</sup> Informação anteriormente disponível em <[http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset\\_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/camara-interministerial-de-educacao-e-cultura-tem-sua-primeira-sessao-publica/10883](http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/camara-interministerial-de-educacao-e-cultura-tem-sua-primeira-sessao-publica/10883)>. Atualmente a página já não pode mais ser encontrada.

<sup>6</sup> Informação anteriormente disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset\\_publisher/waaE236Oves2/content/camara-interministerial-institucionaliza-parceria-entre-educacao-e-cultura-75313/10883](http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/camara-interministerial-institucionaliza-parceria-entre-educacao-e-cultura-75313/10883)>. Atualmente a página já não pode mais ser encontrada.

cultura para as Instituições de Ensino Superior, realizado pelo MinC, em parceria com a Universidade Federal da Bahia e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. A realização do Seminário refletia o esforço do Ministério em construir uma política nacional de cultura junto às Instituições de Ensino Superior.

Dois anos depois, em Ouro Preto (MG), foi realizado o I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes, que aprovou a “Carta de Ouro Preto”, na qual se reivindica a melhoria dos cursos de artes do País e se propõe a criação do Fórum Nacional dos Coordenadores dos Cursos de Arte, composto pelos coordenadores dos cursos de Arte das Universidades Federais e da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A posição de Américo Córdula, então secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, aponta para um contexto que lembra àquele do período de 1950 a 1964, ou seja, o de uma universidade que “se pense e se repense culturalmente e possa dar mais atenção para a produção cultural, na formação artística”<sup>7</sup>.

Contudo, o auge da interlocução institucional entre MinC e universidade (via MEC) foi, sem dúvida, o Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU), instituído junto com o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura, pela Portaria Interministerial Nº. 18, de dezembro de 2013, assinada por Aloizio Mercadante, então ministro da Educação, e Marta Suplicy, à época ministra da Cultura.

Em seus considerandos, a Portaria fazia referência a algumas das políticas estruturantes do MinC citadas anteriormente, como o Plano Nacional e o Sistema Federal de Cultura. Isso reforça o argumento de que o grau inédito

---

<sup>7</sup> Informação anteriormente disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/por-dentro-da-spc/-/asset\\_publisher/Su3pr796elzt/content/i-encontro-nacional-do-ensino-superior-das-artes/10877](http://www.cultura.gov.br/por-dentro-da-spc/-/asset_publisher/Su3pr796elzt/content/i-encontro-nacional-do-ensino-superior-das-artes/10877)>. Atualmente a página já não pode mais ser encontrada.

de institucionalidade alcançado pela cultura no âmbito do Governo Federal capitalizou a pasta diante das outras, em especial do MEC, sua mais óbvia parceira.

Segundo o documento, o PMCU tinha como finalidade “desenvolver e fortalecer a formação de cidadãos no campo da arte e da cultura no Brasil, nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, gerando condições para fortalecer seus agentes e meios de atuação e inovação nas diversas esferas e escalas do desenvolvimento territorial do país”<sup>8</sup> e seria implementado em parceria com as universidades federais e as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que aderissem ao Programa mediante edital a ser publicado pelo MEC. Por sua vez, o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura tinha como objetivo articular e congregar as instituições participantes do PMCU.

Os objetivos do Programa, de forma sucinta, eram: I - contribuir para a formação artística, cultural, cidadã e crítica de estudantes que integram a educação superior e a educação profissional e tecnológica; II - apoiar a formação e inovação em Arte e Cultura; III - fortalecer e descentralizar a oferta presencial e a distância de cursos e programas de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão nas áreas das linguagens artísticas, dos setores criativos e da formação de gestores e empreendedores culturais; IV - apoiar a qualificação de recursos humanos, em arte e cultura; V - ampliar as oportunidades educacionais dos cidadãos em arte e cultura, por meio do incremento da formação e da qualificação profissional; VI - apoiar técnica e financeiramente as instituições no desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a implementação de políticas públicas nas áreas de arte e

---

<sup>8</sup> Informação anteriormente disponível em:

<[http://www.lex.com.br/legis\\_25185827\\_PORTARIA\\_INTERMINISTERIAL\\_N\\_18\\_DE\\_18](http://www.lex.com.br/legis_25185827_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_18_DE_18)>.

Atualmente a página já não pode mais ser encontrada

cultura; VII - estimular e difundir a produção cultural e artística acadêmica em diálogo com as comunidades, as populações locais e a sociedade civil, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE e do Plano Nacional de Cultura - PNC; VIII - estimular discussões e ações sobre os saberes tradicionais e populares, promovendo seu reconhecimento e integração às políticas de ensino, pesquisa e extensão; IX - contribuir para a difusão, inovação, divulgação, preservação, acessibilidade, veiculação e circulação da produção cultural acadêmica, tecnológica, técnica e da oriunda dos saberes populares, das comunidades, de grupos tradicionais e de processos situados no espaço da sociedade civil; X - contribuir para a criação de redes de cooperação entre processos e metodologias de ensino que acontecem dentro das instituições e na sociedade, integrando o conhecimento acadêmico com os conhecimentos populares; e XI - estimular a articulação entre a educação superior e a educação profissional e tecnológica com a educação básica.

Parte desse processo, visando à formação, resulta do esforço iniciado pela Secretaria de Articulação Institucional (SAI), do MinC, com vistas à criação do SNC. Assim, foi feita uma pesquisa sobre os cursos ofertados na área da cultura para a criação de uma rede nacional, bem como elaborado e aplicado um curso ofertado pelo MinC, em parceria com universidades federais, voltado para gestores culturais (BARBALHO; COSTA; RUBIM, 2010).

O primeiro edital Mais Cultura nas Universidades foi lançado em 2014 e tinha como um de seus objetivos “criar Planos de Cultura das Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da concessão de apoio financeiro”<sup>9</sup>, entendido estes como “programas, projetos e ações culturais que

<sup>9</sup> Informação anteriormente disponível em:

[http://cultura.gov.br/documents/10883/1171222/Edital+Mais+Cultura+nas+Universidades+\\_07](http://cultura.gov.br/documents/10883/1171222/Edital+Mais+Cultura+nas+Universidades+_07)

valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural nas Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Como informa Renner Alves (2018), as Instituições de Ensino Superior (IES) contempladas pelo Programa foram selecionadas com base no Plano de Cultura, documento no qual consta o planejamento de execução do projeto cultural proposto por cada universidade. Foram contempladas 18 instituições, mas apenas 6 receberam o financiamento: a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Viçosa (UFV), UnB e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sendo que apenas a UFRN recebeu o repasse de forma integral.

No segundo governo Dilma, o referido Programa teve novo impulso, com a criação promovida pelos ministros da Educação, Renato Janine Ribeiro, e da Cultura, Juca Ferreira, de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discutir a ampliação e o aprofundamento de projetos comuns entre o MEC e o MinC, dentre eles o Mais Cultura nas Escolas e o Mais Cultura nas Universidades. Ainda que não tenha tido condições de se efetivar, pois, como é sabido, o governo não pode ser finalizado por conta do impedimento da presidenta, vale a pena analisar essa proposta como um modelo possível a motivar futuras articulações entre os dois campos de políticas públicas, quando condições políticas mais amplas forem propícias.

O GTI foi criado pela Portaria Interministerial nº. 06/2015 e é importante destacar que ele tinha, dentre outros fundamentos, tanto os Artigos 205 e 215 da Constituição, que definem a cultura e a educação como dever do Estado e

---

[out.pdf/ce8f8635-5fdc-4eb9-a96c-672fad5129a6](https://out.pdf/ce8f8635-5fdc-4eb9-a96c-672fad5129a6)>. Atualmente a página já não pode mais ser encontrada.

direito de cada um, quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O objetivo do GTI era formular e apresentar a proposta de um novo acordo de cooperação técnica entre o MEC e o MinC, para a continuidade e o aprofundamento das ações intersetoriais.

Podemos concluir, portanto, que as políticas comuns para a cultura e para educação, e mais especificamente a educação de ensino superior, vinham ganhando uma densidade nunca antes tida, mesmo no período do MEC, quando ambas estavam sob a mesma gestão. O caminho a ser seguido está minimamente apontado. O esforço maior é o de articulação das instituições de ensino superior públicas e privadas, no sentido de implementar suas políticas culturais e, ao mesmo tempo, cobrar dos governos transversalidade de suas políticas, estabelecendo, assim, novos parâmetros de atuação conjunta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Renner. **O Programa Mais Cultura nas Universidades**: uma análise de sua implementação nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRR), Rio de Janeiro, RJ.

BARBALHO, Alexandre. **Cultura e imprensa alternativa**. Fortaleza: UECE, 2000.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. **Anais...** UFBA, Salvador, 2007. Disponível em:

<

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.

BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo; RUBIM, Albino. **Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil**: relatório final. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em:

<[http://www.organizacaoocultural.ufba.br/mapeamento\\_da\\_formacao.pdf](http://www.organizacaoocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf)>.

Acesso em: 10 dez. 2021.

BARBOSA, Frederico; ARAÚJO, Herton (orgs.). **Cultura Viva**: avaliação do programa – arte, educação e cidadania. Brasília, Ipea, 2010. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3504](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3504)>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: Funarte e política cultural. 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2011.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas**. Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2004, vol.24, n.47, pp.127-162. ISSN 0102-0188.

GIL, Gilberto. Solenidade de transmissão do cargo. In: ALMEIDA, A.; ALBERNAZ, B.; SIQUEIRA, M. (org.). **Cultura pela palavra**. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 103-124.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estud. av.** [online]. 2006, vol.20, n.56, pp.161-189.

WEBER, Silke. Conflito de classes e educação em Pernambuco. Relatório de pesquisa, datado de agosto de 1982. Reproduzido da versão publicada em, **Dados – Revista de Ciências Sociais**. v.27, n. 2, 1984, p. 233 -262. Disponível em:<<http://forumeja.org.br/df/files/silkeweber.pdf>>. Acesso em: 10 dez.2021.